

Modernização profissional no Exército Brasileiro: do alvorecer da Primeira Guerra Mundial à influência doutrinária da Missão Militar Francesa (1906-1930)*

Professional modernization in the Brazilian Army: from the dawn of the First World War to the doctrinal influence of the French Military Mission

Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira.

Prof. Ms. Sérgio Ricardo Reis Matos

Major de Infantaria Comando da 1ª Divisão de Exército.

Prof. Ms. Julio Cezar Fidalgo Zary

Major de Infantaria Comando da 12ª Região Militar.

RESUMO

Esse artigo tem por propósito analisar a relevância da Primeira Guerra Mundial para o processo de modernização do Exército Brasileiro ocorrida no período de 1906 a 1930, tempo esse balizado pela ida da primeira turma de oficiais do Exército Brasileiro como estagiários em Corpos de Tropa da Alemanha, pela chegada da Missão Militar Francesa (MMF) ao Brasil, em março de 1920, quando desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro os primeiros instrutores franceses, chefiados pelo General Maurice Gustave Gamelin, e pela crítica

ABSTRACT

This article aims to analyze the relevance of the First World War to the process of modernization of the Brazilian Army from 1906 to 1930, which was marked by the first group of officers of the Brazilian Army as trainees in German Troop Corps, by the arrival of the French Military Mission (MMF) to Brazil in March 1920, when the first French instructors, headed by General Maurice Gustave Gamelin and the critic of General Tasso Fragoso, landed in the city of Rio de Janeiro concerning the year

* Artigo recebido em 10 de fevereiro de 2017 e aprovado para publicação em 1ª de novembro de 2017.

Esse artigo foi produzido a partir da discussão, entre os anos de 2014 e 2016, dos três autores para tratar das comemorações do centenário da Primeira Guerra Mundial.



do General Tasso Fragoso, em seu relatório de trabalhos referente ao ano de 1929, da necessidade de reflexão sobre o fim do contrato da MMF.

PALAVRAS-CHAVES: Modernização; Primeira Guerra Mundial; Missão Militar Francesa

1929, the need for reflection on the end of the MMF contract.

KEYWORDS: Modernization; World War I; French Military Mission

INTRODUÇÃO

Desde o trágico desempenho em Canudos, e das operações militares em conflitos internos como o do Contestado, a vinda de uma missão militar estrangeira foi entendida como primordial para o projeto de modernização do Exército Brasileiro. Com a contratação de uma missão militar estrangeira, o Exército seria capaz de implantar um sólido princípio doutrinário que estava faltando à Força, de forma a deixá-lo no mesmo patamar dos grandes Exércitos europeus.

A questão era a seguinte: de onde viria a missão: Alemanha ou França? Pois, em termos materiais, desde o final do século XIX, esses países disputavam o fornecimento de armas ao Brasil.

Enquanto fervilhavam as discussões supracitadas, no início do século XX, mais exatamente entre 1906 a 1910, três turmas de oficiais, totalizando 32 militares, estagiaram, por dois anos consecutivos, nos Corpos de Tropas da Alemanha¹. Esses oficiais foram os principais responsáveis pela divulgação da doutrina militar alemã no Brasil, por meio do *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*² (desde 1911) e da *Revista A Defesa Nacional*³ (a partir de 1913), bem como foram integrados às diversas unidades do território nacional para divulgar os novos conhecimentos trazidos da Europa.

Em meio àquele debate, eclodiu a Primeira Guerra Mundial⁴ (IGM), a Grande Guerra pela Civilização, uma verdadeira revolução global⁵, pois modificou não apenas fronteiras e territórios, mas também as relações de poder dentro da sociedade europeia, ainda lançando as sementes dos movimentos anticolonialistas que deslocaram a ordem mundial do teatro europeu.

A Primeira Grande Guerra representou, entre tantas outras coisas, um momento específico para análise dos ensinamentos militares, pois muitos conceitos de comba-

tes mudaram, assim como regras tradicionais de conduta na guerra, explicitando os primórdios do que viria a ser a guerra total.

Nesse sentido, destacam-se as palavras do futuro Presidente da República do Brasil, General Eurico Gaspar Dutra que, contextualizando as doutrinas em confronto para a realidade sul-americana, assinalou: “Nessas condições, o estudo das doutrinas dos regulamentos alemães e franceses, mormente na época presente, [...] são os nossos próprios regulamentos e os dos nossos vizinhos que estão passando pela experiência da guerra”⁶.

Ou, como ressaltou McCann⁷: “os oficiais brasileiros observaram, fascinados, os dois Exércitos modelos, o alemão e o francês, testarem homens, equipamentos, organização, estratégias e táticas um contra o outro”, incitando o debate sobre qual modelo de doutrina que o Brasil devia seguir.

A definição do conflito mundial era, portanto, analisada na expectativa de pôr em prática reformulações no ensino militar, pensamento reconhecido tanto pelos oficiais que estagiaram na Alemanha (Jovens Turcos⁸) e seus adeptos quanto pelos oficiais que se opunham à renovação iniciada por aquele grupo. Havia necessidade de reformular o regulamento para a Escola Militar⁹ e o próprio ensino militar, para se adaptarem às novas realidades do campo de batalha, apresentados na guerra citada.

Indubitavelmente, a guerra serviu de grande alerta à atrasada expressão do Poder Militar brasileiro, como publicou o Editorial do *Boletim do Estado-Maior do Exército*¹⁰:

Dessa tremenda crise européa resultará todavia um *salutar exemplo e advertência para as nações militarmente fracas*, mas não obstante *coisas de sua autonomia e independência*; principalmente na época que atravessamos em que *a noção do direito parece periclitar* na observância tradicional das praxes da guerra.

O Brasil, cujas tendências pacíficas são por demais conhecidas, conserva e alimenta com especial carinho as relações de amizade que mantém com todas as nações, sendo que cada vez mais se estreitam os respectivos *laços dos povos sul-americanos* por entre expressivas demonstrações de perfeita solidariedade.

Mas todas ellas têm o *indeclinável dever de cuidar de sua própria defesa*, sob pena de commeterem um grave erro (grifos nossos).

As relações políticas entre a França e o Brasil foram sensivelmente fortalecidas após o término da Primeira Guerra Mundial. Ao final da guerra, o Brasil decidiu contratar uma Missão Militar Francesa (MMF).

Para a compreensão daquele fato, merece destaque a participação do Brasil na Conferência de Paz de Versalhes, em 1919, cuja delegação foi chefiada por Epiácio Pessoa, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e futuro presidente da República do Brasil, no período de 1919 a 1922.

A BASE DA DOCTRINA BRASILEIRA ERA DE INFLUÊNCIA ALEMÃ

Os últimos trabalhos [doutrinários] desta natureza, elaborados no Estado-Maior, não são mais do que adaptações dos congeneres alemães. Igual conducta têm tido os nossos vizinhos, com especialidade os argentinos¹¹

A aproximação da Alemanha com as Forças Armadas brasileiras tornou-se evidente alguns anos antes do rompimento da guerra. Em 1904, a visita do Couraçado *Floriano* à cidade alemã de Kiel foi o primeiro fato que permitiu o estabelecimento de laços entre as tripulações militares brasileiras e a marujada germânica.

Em 1906, quando ocorreu a explosão do Couraçado brasileiro *Aquidaban*, o imperador alemão enviou, por telegrama, suas condolências concomitantemente ao ministro da Marinha e ao presidente do Brasil¹². Naquele ínterim, além dos jovens oficiais que estagiaram no Exército alemão, a empresa alemã Krupp se consolidara como fornecedora de canhões para a artilharia brasileira.

A referida aproximação se tornou ainda mais evidente em 1909, quando o Marechal Hermes da Fonseca visitou, após insistentes convites, o grande Império Alemão, sendo tratado com lisonjeiras homenagens. A visita contemplou idas às fábricas de material bélico Mauser e Krupp, à Escola Militar de Lichterfeld, às fábricas da Allgemeine Electricitäts Gessellschaft e à estação telegráfica sem fios de Navem¹³. Hermes prometera ao imperador alemão a assinatura de contratos com o Exército e com a Marinha, tratando tanto de uma missão alemã no Brasil como da compra de material de artilharia e outros artigos bélicos, como fuzis.

Na iminência da eclosão da guerra, outro fato de vulto ocorreu: a visita de uma Divisão Naval alemã completa ao Rio de Janeiro. Tal fato ocorreu em fevereiro de 1914, o que causou estranheza até mesmo na Europa, pois a Alemanha decidira afastar poderosa flotilha de sua costa apenas como “cortesia” ao Brasil. A flotilha era composta pelos Dreadnoughts *Kaiser* e *Koenig Albert*, bem como o Cruzador *Strasburg*¹⁴.

O deslocamento dos referidos vasos de guerra era uma clara manifestação do interesse alemão em se aproximar do Brasil, tanto no aspecto político quanto no militar e social, o que logrou êxito momentâneo no seio da população carioca e, especialmente, no da Marinha de Guerra brasileira.

Ao mesmo tempo, o Exército encomendou grande quantidade de armas e equipamentos à Alemanha. À época, o Senador Gabriel Salgado dos Santos expunha diversas ideias, em forma de artigos, tentando direcionar o governo e o pensamento militar brasileiro para que se decidisse pela contratação da Alemanha para a referida missão. Entre elas, defendia que a decisão tomada pela contratação da mesma era acertada, porque tudo o que os alemães empreendem ou realizam tem a consagração do tempo, tendendo à perfeição.

Fica evidente que havia influência alemã tanto no Exército quanto na Marinha do Brasil, principalmente nos anos antecedentes à deflagração da Grande Guerra de 1914. Não obstante, conforme McCann (2009), o General José Caetano de Faria, Chefe do Estado-Maior entre 1910-1914, e Ministro da

Guerra entre 1914 e 1918, se opusera a qualquer missão estrangeira no Brasil.

Além da influência no estamento militar, Dunshee de Abranches¹⁵, então Presidente da Diplomacia da Câmara, não deixou dúvidas a respeito do seu pensamento sobre o conflito, concluindo que aquela guerra era comercial, e que visava, acima de tudo, à destruição da assombrosa prosperidade nacional da Alemanha. Conforme McCann (2009), Abranches ainda apontara, com ironia, que a Inglaterra queria salvar a Bélgica da escravidão, mas suprimia a liberdade na Irlanda.

Naquele momento, o Brasil procurava uma saída para a crise econômica, devido a uma combinação de uma performance econômica de exportação cambaleante, ao fardo de pesados empréstimos adquiridos no pré-guerra e, ainda, ao fim da entrada de capitais estrangeiros¹⁶. Nesse ínterim, a Alemanha queria ser uma alternativa econômica viável ao Brasil, ao passo que tentava estabelecer um aliado militar estratégico no Atlântico-Sul.

Sob esse argumento, Chéradame¹⁷ propagava as pretensões alemãs no Sul do Brasil, que concentrava uma parte considerável dos alemães residentes na América do Sul: nos Estados do Paraná (60 mil), Rio Grande do Sul (220 mil) e Santa Catarina (70 mil), para onde o Império Alemão reservara a quantia de 500.000 marcos para o estabelecimento e recrutamento do pessoal das escolas alemãs existentes naqueles Estados. Por seu turno, durante o primeiro período da Grande Guerra, esses colonos utilizaram periódicos em português para contrapropaganda aliada, influenciando o pensamento brasileiro pró-Alemanha, no seio da população.

Artigos sobre a superioridade da doutrina alemã eram rotineiros nas principais publicações do Exército Brasileiro. Em 1911, Trindade¹⁸ enfatizou que a Alemanha, desde os trabalhos de Ritter, Peschel, Ratzel e Richthofen, era a “pátria da geografia científica”, asseverando que o programa da disciplina Geografia Militar (ou Geopolítica), com base no método alemão, seria a nova direção a que o Exército nacional deveria tomar rumo.

No ano de 1912, Coutinho¹⁹ atestou a preferência oficial do modelo alemão nos regulamentos brasileiros:

Como sempre, o Brasil atrazou-se um pouco e apesar da nova organização dada á infantaria e dos progressos realizado nos últimos anos, o regulamento de manobras de 1907 manteve-se até novembro de 1910 em que foi mandado imprimir e adoptar o regulamento alemão, de 1906, traduzido pelo distincto major Emilio Sarmiento (grifo do autor).

No mês de setembro de 1913, De Carvalho²⁰, em uma conferência no Clube Militar, exaltou o modelo da carreira militar alemã, em detrimento ao modelo francês:

Não se fórma na Allemanha [como na França] o oficial de um só lance, como premio de um esforço momentâneo, abandonando-o em seguida a si mesmo, até ao fim de sua carreira [...]

Desde sua promoção ao primeiro posto, até ao último gráo da hierarchia, longe de se limitar aos conhecimentos trazidos da escola de guerra, o oficial é compelido a seguir anualmente um programa systematico para aperfeiçoamento de sua instrução militar, isso independente de suas obrigações na tropa, e de cujos resultados presta contas a seus superiores hierarchicos.

Em 1914, Souza Reis²¹ publicou o trabalho “O Exército Alemão – os elementos de sua força”, exaltando todas as características de uma organização prussiana que poderia ser modelo para o Exército Brasileiro, pois serviu como sustentáculo para a unificação alemã e, no caso de uma guerra, seria o ponto de apoio de toda a nação alemã.

Em julho de 1915, a seção Noticiário, do Boletim do Estado-Maior do Exército²², veiculou a superioridade alemã no emprego de submarinos na guerra no mar:

O dominio do mar comprehend a liberdade da navegação, a

segurança das transações comerciais... Póde-se afirmar que as esquadras couraçadas (aliadas) asseguram tudo isto, quando os submarinos alemães destroem navios de commercio á vistas das costas francezas e inglezas? Os couraçados inglezes e francezes bloquearam de modo eficaz os navios allemães e austriacos? Não; ultimamente navios allemães aprisionaram navios Hollandezes e conduziram á Zeebrugge.

Em 1916, sob a presunção de o Brasil cortar relações com a Alemanha, Taborda, Da Costa e Figueiredo²³ trouxeram à baila posicionamento pró-modelo alemão, acima de qualquer interesse nacional: “[...] desafiar a inimidade da Allemanha victoriosa, ou temporariamente vencida, *seria uma insanía*, e praticar esse acto por suppol-a derrotada, esphacelada e extincta, além de ser estúpido, *seria uma covardia*”.

A partir da declaração de guerra com a Alemanha, em 1917, o volume de publicações germanófilas foi perdendo espaço, abrindo caminhos para a renovação francesa. Não obstante, o pensamento alemão permaneceu ativo no Exército nacional, particularmente na Escola Militar, que recebeu a “Missão Indígena”²⁴, o que pôde ser considerado o maior obstáculo à chegada de uma Missão Militar Francesa na formação militar. Como assevera McCann²⁵, “A derrota da Alemanha para os Aliados traria uma trégua à discussão, mas não refrearia a admiração pelo modelo germânico”.

PENSANDO A RENOVAÇÃO: ENTRE OS ALEMÃES E OS FRANCESES

As pretensões de mudanças e renovação tiveram como contrapartida o surgimento de um grupo de oficiais contrários às mudanças que aproximavam, em muito, o Exército Brasileiro do modelo alemão, e que iria buscar uma alternativa de instrução militar para a formação profissional de nossos militares.

A alternativa pelo modelo francês²⁶ era defendida inclusive antes do êxito aliado na Grande Guerra, mesmo que em meios prioritariamente germanófilos de divulgação

profissional. Em 1912, Padilha²⁷ comparou esses dois modelos:

Tivemos a grata nova de que brevemente será publicado o regulamento de manobras para nossa infantaria. E já era tempo [...] Depois da reorganização do nosso exercito e ao tempo em que, *mais intensa lavrava nelle a preocupação pelas coisas militares da Allemanha*, foi mandado adoptar pela nossa infantaria o *regulamento alemão*, apenas com ligeiras modificações. Que essa idéa foi desastrosa e de resultados completamente negativos, não é preciso dizer aqui, pois isso está no conhecimento de todo o exercito. *Não é que o regulamento alemão seja máo, não. Julgamol-o até excellente, mas... para os allemães.*

[...] estudamos quatro regulamentos de infantaria, e o *que mais nos agradou foi o francez* [...]

Esse regulamento define com muita clareza as atribuições de todos os postos, e determina que aos comandantes de unidades é que cabe dar-lhes a instrução correspondente [...] O referido regulamento francez, dá, com justa razão, uma importância extraordinária á instrução individual, por ser a base sobre que repousa todo o edificio de uma bõa e solida instrução collectiva. Nessa escola, o artigo que trata do atirador no combate, *é o que há de melhor sobre o assumpto* (p. 83, grifos nossos).

O próprio editorial da edição nº 8 de *A Defeza Nacional*, de 1914, abordou sobre a possibilidade da vinda de uma missão militar francesa para instruir o Exército Brasileiro, em razão do sucesso da missão francesa com a Força Pública de São Paulo²⁸.

Ademais, não foram apenas fatores militares que redirecionaram a renovação da Alemanha para a França. A vontade de aproximação alemã para com o Brasil deu uma guinada com a nota do Governo Imperial alemão à Legação Brasileira em Berlim, datada de 31 de janeiro de 1917, a qual avisava que o Governo brasileiro deveria prevenir os seus navios do perigo que corriam, entrando

em zonas interditas, assim como viajantes ou mercadorias nos navios que demandassem aos portos daquelas zonas de guerra.

Ainda, no Memorando anexo àquela nota, a partir de 1^a de fevereiro, nas zonas consideradas interditas, ao redor da Grã-Bretanha, França, Itália e na parte oriental do Mediterrâneo, o inimigo alemão seria combatido por todos os seus meios armados sem qualquer restrição.

O referido documento não agradou ao Governo brasileiro, que o respondeu em 9 de fevereiro, comentando sobre o uso de submarinos:

A inesperada comunicação de um extenso bloqueio de países com os quais o Brasil tem ativas relações econômicas e está em ininterrupto contato por navegação, também brasileira, produziu a mais justificada e profunda impressão pela ameaça iminente de injustos sacrifícios de vidas, destruição de propriedades e completa perturbação das transações comerciais. Em tais circunstancias, o governo brasileiro não pode aceitar como efetivo o bloqueio ora estabelecido pelo governo imperial alemão, por considerar que o bloqueio não seria regular nem efetivo e desobedeceria aos princípios do direito e o vivo desejo de evitar divergências entre as Nações amigas, sente-se no dever de protestar contra esse bloqueio, deixando ao governo alemão a responsabilidade de todos aqueles casos que se derem com os cidadãos, mercadorias e navios brasileiros²⁹.

O pensamento político brasileiro começou a pender decisivamente em favor dos aliados, especialmente pela dificuldade de se escoar a produção cafeeira para a Europa, o principal mercado de exportações. O Brasil havia cortado as relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha em 11 de abril de 1917, pois, uma semana antes, um bloqueio naval imposto pela Alemanha à Grã-Bretanha, França, Itália e todo o Mediterrâneo Oriental levou ao torpedeamento do navio mercante brasileiro *Paraná*, que navegava nas águas bloqueadas.

Em 26 de outubro de 1917, o Presidente da República do Brasil, pelo Decreto nº 3.361, fez saber que o Congresso Nacional decretou e ele sancionou, reconhecendo e proclamando o estado de guerra contra a Alemanha e autorizando-o a tomar medidas de defesa nacional e segurança pública que julgasse convenientes para esse fim; conforme publicado no *Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil* nº 249, de 27 de outubro de 1917.

O editorial do Boletim do Estado-Maior do Exército³⁰, mudando seu enfoque de germano para francófilo, comentou as condições sobre a entrada brasileira no estado de guerra:

(O Brasil), guardando a todo transe, ante o conflito que se desdobrava, uma neutralidade reputada por todos os países beligerantes como a mais perfeita, a mais completa e mais modelar de todas as neutralidades; confiante no respeito à Liberdade dos povos neutros em agirem dentro dos princípios da Justiça e do Direito, viu-se de súbito, inopinadamente, profunda e cruelmente golpeado pelo Governo alemão, afundando no insondável pelago dos mares sua frota mercante, paralyçando seu commercio mundial, estancando a fonte de seu intercambio, coartando, enfraquecendo sua riqueza.

Menospresados os principios inviolaveis e intangiveis, que constituem a força e a grandeza das Nações fracas, substituidos pela formula vesga de que a necessidade não conhece leis; rasgados todos os accordos e convênios, reduzidos a *chiffins de papier* todas as regras do direito internacional, a consciência nacional despertou, lançando-se corajosa e resolutamente no unico e verdadeiro caminho que o Governo alemão lhe apontou, nessa phase excepcionalmente trágica da historia universal: – acceitando, como acceitou, o reconhecimento do estado de guerra que lhe foi imposta (grifos do autor).

No ano de 1917, já na fase final da Primeira Guerra Mundial, recomeçaram as discussões sobre a possibilidade de contra-

tação de uma Missão Militar estrangeira de instrução como solução para os problemas de instrução e de ensino, ação essa realizada na gestão do General Cardoso de Aguiar, na condição de ministro da Guerra, que também concretizara o envio da “Missão Indígena” para a Escola Militar.

Do relatório dos trabalhos do Estado-Maior do Exército (EME) de 1917, extrai-se o registro referente à Grande Missão Militar, o qual analisa a necessidade de reforma do ensino militar e do próprio Estado-Maior, através da contratação de uma Missão Militar estrangeira de grande envergadura para integrar os altos estudos militares nos estabelecimentos de ensino.

Segundo o relator, General de Divisão Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro, nomeado por decreto de 17 de fevereiro de 1915, chefe do EME, faltava muito do espírito militar prático, em parte culpa do modelo de ensino adotado nas antigas escolas militares, onde o ensino de matemática e de filosofia sobrepujavam a tudo.

Apesar da crítica de alguns oficiais que combatiam a ideia de se contratar uma missão estrangeira, porque decretaria o fim dos bríos militares, do prestígio e do patriotismo, o relator atenta para o resultado extremamente positivo que missões estrangeiras conseguiram na organização militar da Argentina (influência alemã), do Chile (influência alemã) e do Peru (influência francesa).

Foram fundamentais as aproximações e articulações estabelecidas pelo Adido Militar brasileiro na França, Major Alfredo Malan d'Angrogne, empossado no cargo em abril de 1916. Ainda naquele ano, Malan organizou a visita do Marechal Hermes da Fonseca aos campos de batalha em que a França atuava. O militar fora recebido pelo Estado-Maior francês com todas as pompas de ex-ministro da Guerra e ex-chefe de Estado.

Malan costumava trocar correspondências com o General Cardoso de Aguiar, Ministro da Guerra, exaltando as virtudes francesas³¹. Ademais, o adido acreditava que era necessário, com urgência, “uma grande missão para remodelar o Exército, as escolas militares, o Estado-Maior e a administração, o que ajudaria o País a conquistar respeito no exterior”³², tendo sido o interlo-

cutor da Missão Francesa no Brasil, o que também atendia à elite paulista³³.

Malan descreve que, no dia 2 de setembro de 1918, recebera o ministro da Guerra para visitar os campos de batalha franceses acompanhado do adido naval e do subchefe do Estado-Maior do 6º Exército francês.

Quando a comitiva brasileira chegou a Coevres, deteve-se “momentos para visitar um dos médicos brasileiros, destacado na ambulância dos gazeados”³⁴. O adido postulava que os médicos brasileiros na França trariam importantes ensinamentos do campo de batalha. Em certa ocasião, em que a comitiva visitou áreas em que houvera recentemente o lançamento de gases asfixiantes alemães, Malan³⁵ comentou que “os nossos médicos devem (...) ter coordenado apontamentos (sobre os gases) mais completos do que os meus”.

Ademais, Malan relatou que os ataques franceses que observara foram espetáculos excepcionais, que a artilharia era precisa e que os carros de combate aumentavam a intensidade da batalha, enquanto apresentou um Exército alemão cansado, sem condições de combater. Ao refletir sobre o Exército nacional, Malan ponderou:

Estará acaso (...) (o Exército nacional) aparelhado com o indispensável material para preparar a ação da nossa infantaria? E esta acha-se, por ventura nas condições de eficiência necessárias afim de utilizar o máximo de rendimento se aquelle existir?³⁶

Por sua parte, Jorge Luís Mialhe³⁷, pesquisando aspectos jurídicos e históricos do contrato estabelecido para a vinda da Missão Militar Francesa, a partir do acervo do Ministério de Assuntos Estrangeiros (Quai d'Orsay), corrobora que a ideia do envio da MMF partiu dos adidos militares da França e do Brasil, apoiados por militares e políticos brasileiros simpatizantes da França.

Como exemplo da preferência pela MMF, verifica-se o apoio, em 1918, do político Pandiá Calógeras, futuro ministro da Guerra no governo Epitácio Pessoa e ex-integrante da delegação brasileira que participou das negociações do Tratado de Versalhes.

Outro ponto importante que favoreceu na escolha foi o envio da Missão Militar³⁸ chefiada pelo General de Brigada Napoleão Felling Aché, que começou os seus trabalhos em fevereiro de 1918, com o objetivo de estudar as inovações tecnológicas ocorridas nos armamentos durante a Primeira Grande Guerra.

A Missão foi composta por vinte e seis oficiais brasileiros³⁹, conforme o quadro abaixo, que seguiram destino ao território francês para estudos e compra de material.

Subcomissões	Militar
Subchefe da Comissão	Tenente-Coronel José Fernandes Leite de Castro
Secretário	Segundo-Tenente Infantaria Octávio Monteiro Ache
Serviço de Estado-Maior	Major João Batista de Oliveira Brandão Júnior
	Primeiro-Tenente Álvaro Áreas
Serviço de Administração	Primeiro-Tenente José Nery Eubanck da Câmara
Serviço de Veterinária	Major Médico Joaquim Moreira Sampaio
Aviação	Primeiro-Tenente Alzir Mendes Rodrigues Lima
	Primeiro-Tenente Mário Barbedo
	Segundo-Tenente Bento Ribeiro Carneiro Monteiro
Artilharia	Primeiro-Tenente Demócrito Barbosa
	Primeiro-Tenente Sebastião do Rego Barros
	Segundo-Tenente Carlos de Andrade Neves
Infantaria	Major Tertuliano de Albuquerque Potyguara
	Capitão Praxedes Theodulo Silva Júnior
	Segundo-Tenente Onofre Muniz Gomes de Lima
Cavalaria	Major Firmino Antonio Borba
	Primeiro-Tenente Izauro Reguera
	Primeiro-Tenente José Pessoa Cavalcante de Albuquerque
	Primeiro-Tenente Christóvão de Castro Barcellos
Corpo de Saúde	Major Rodrigo de Araújo Aragão Bocão
	Capitão Cleómenes Lopes de Siqueira Filho
	Capitão João Affonso de Souza Ferreira
	Capitão Alarico Damázio
	Capitão João Florentino Moreira
	Capitão Manoel Esteves de Assis
	Primeiro-Tenente Carlos da Rocha Fernandes

De um modo geral, esses oficiais integraram unidades de combate do Exército da França por cerca de três meses, de setembro a novembro de 1918. Antes de serem incorporados àquelas unidades e desde a sua chegada à Europa, realizaram estágios em diversas escolas militares, inclusive em Saint-Cyr. Naquela oportunidade, iniciaram a atualização dos conhecimentos doutrinários relativos às suas especialidades, dentro das subcomissões.

Entre esses militares, o então Tenente

José Pessoa, como Comandante de Pelotão de Carros de Combate, foi um destaque nos campos de batalha, sendo condecorado, inclusive, com a Legião de Honra e a Cruz de Guerra francesas⁴⁰. Por sua vez, o Major Potyguara foi ferido em ação em St Quentin, em outubro de 1918.

Os membros da Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França contribuíram para um melhor julgamento e análise que instruíram o processo de contratação da Missão Militar Francesa, a qual influenciou decisivamente e de forma marcante o Exército Brasileiro até a Segunda Guerra Mundial.

Como resultado imediato da Missão Militar Brasileira, tivemos, no retorno, o grande interesse pela estruturação da Aviação Militar, cuja ação direta seria o contrato da Missão Militar Francesa de Aviação⁴¹, destinada especificamente a estabelecer e organizar uma Escola de Aviação Militar e toda a base necessária, para o desempenho de suas missões. Com re-

lação a esse primeiro contato, não podem ser esquecidos os interesses que foram despertados nos militares brasileiros pela doutrina francesa de guerra.

Outro resultado direto foi a organização e o envio de uma Missão Médica Especial⁴² à França, durante o período de 26 de setembro de 1918 a 19 de fevereiro de 1919, dirigida pelo Coronel Nabuco de Gouveia, composta de oitenta e três médicos, sendo cinco do Exército, e cinco da Marinha, instalados em Paris. Suas instalações e equipamentos, ao término da Guerra, foram doados integralmente à Escola de Medicina de Paris.

E DA FRANÇA VEIO A MISSÃO MILITAR ESTRANGEIRA

Nesse momento, é iniciada a discussão sobre a escolha da Missão Militar Francesa, destacando a importância do papel político-estratégico francês no cenário internacional da época que, por ser uma nação vitoriosa, influenciou na construção do novo cenário geopolítico do período entre guerras.

Ajudou na escolha da missão, a simpatia da população brasileira pela causa aliada, que contribuiu para um maior estreitamento dos laços políticos, militares, e estratégicos entre os dois países. Dessa maneira, a contratação da MMF, com o objetivo de modernizar o Exército Brasileiro, significou a consagração do modelo francês de defesa, colocado em xeque somente com a derrota da França, em junho de 1940, frente ao moderno Exército alemão.

No período entre as duas grandes guerras, o Exército francês manteve vivos os meios e as estratégias utilizados na Primeira Guerra Mundial, a guerra de trincheiras. Sua perspectiva estratégica baseava-se amplamente na defesa, fundamentada em operações de guerra estática e, para tanto, no pós-guerra a França continuou fazendo grande investimento na Linha Maginot. Porém, apesar dessa tão propagada ideia até os dias de hoje, a França aperfeiçoou, também, a doutrina para utilização de infantaria apoiada pela artilharia, com base na tática do fogo e movimento. No entanto, o Brasil não soube utilizar daqueles ensinamentos franceses, pois a Força Expedicionária Brasileira (FEB) praticamente saiu

da estaca zero naquele assunto, quando teve que aprender dos americanos, já em 1943-45.

O que se percebe é que o pensamento doutrinário francês fundamentava-se, parcialmente, na invencibilidade da defesa pela linha Maginot, e que a fronteira fortificada representava a espinha dorsal da manobra militar e a chave para vencer os alemães, a despeito do desenvolvimento de novas táticas e armamentos.

Segundo Bellintani⁴³, depois da Primeira Guerra Mundial, os franceses, traumatizados com as trincheiras, buscaram substituí-las por fortificações, mais vantajosas do ponto de vista logístico, pois, era recriado um novo espaço mais salubre e mais protegido do que as antigas trincheiras abertas e desconfortáveis. Para tanto, foi criada, em 30 de setembro de 1927, a Comissão de Organização das Regiões Fortificadas, para manter a construção de fortificações, ao longo da fronteira.

Como verificado, a doutrina militar francesa foi um modelo baseado no emprego tático das grandes unidades, que incorporava uma estratégia defensiva. Parte fundamental do pensamento militar coloca que, numa batalha defensiva, pode-se obter a vitória com meios inferiores àqueles do adversário. Nesse caso, o essencial consiste em buscar a surpresa para impor a batalha para o inimigo em condições que lhe permitem, não para fazer um trabalho com seu fogo ou com suas reservas.

Daí em diante, o sucesso repousaria sobre um sensato planejamento no uso adequado da potência material e de seu poder de fogo, bem como sobre o valor das tropas, que dependeriam da capacidade de comando e da confiança da guarnição.

Juridicamente, a 28 de maio de 1919, o Decreto nº 3.741 autorizou o Governo do Brasil a contratar na França uma missão militar para fins de instrução no Exército. A assinatura do contrato para a Missão Militar Francesa de Instrução ocorreu em 8 de setembro de 1919.

No entanto, somente em março de 1920, desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro os primeiros instrutores franceses, chefiados pelo General Maurice Gustave Gamein⁴⁴, que trabalhou no Brasil entre 1919 e 1924. O chefe da MMF seria posto à disposição do EME como assistente técnico para a Instrução e Organização. O objetivo da Mis-

são era reorganizar, num primeiro momento, as escolas militares e, em seguida, o próprio Exército Brasileiro. Essa organização não deveria ser somente do ponto de vista técnico (estratégico), mas também administrativo.

Para o General Gamelin, a organização militar brasileira deveria atender a três objetivos⁴⁵: forjar os meios para assegurar a defesa permanente do território nacional; criar as melhores condições possíveis para a instrução e treinamento da tropa; e criar meios de mobilização e de concentração dos efetivos conforme as condições impostas.

A MMF seria incumbida especialmente da direção da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Intendência e da Escola de Veterinária, além de comandar a Escola Superior de Guerra (Escola de Estado-Maior).

A Missão Militar Francesa só chegou à Escola Militar do Realengo (EMR) em 1924, na gestão do General Setembrino de Carvalho, junto com um novo regulamento de ensino, construído por conta dos acontecimentos ocorridos em julho de 1922 naquele estabelecimento de ensino, causados, talvez, pelos excessos disciplinares que a “Missão Indígena” impusera a seus alunos.

Do ponto de vista político, a revolta na Escola Militar, em 1922⁴⁶, significava o retorno de movimentos rebeldes, como o que acontecera na Escola Militar do Brasil, em 14 de novembro 1904.

A aquisição de armamento foi importante, mas foi no domínio da organização militar, no treinamento e na formação e especialização da carreira, que a influência francesa foi particularmente marcante. O modelo dispersivo dos efetivos pelo território à maneira de Corpos de Polícia sucedera a formação de grandes unidades prontas para realizar qualquer manobra, coordenadas por um estado-maior concebido segundo o modelo francês.

Os oficiais, que antes recebiam educação teórica e científica generalista, passam a receber uma sólida formação militar, com ênfase na prática dos instrutores franceses, inclusive na Escola Militar no Realengo, a partir de 1924. No mesmo ano, um dos membros da MMF (General Frédéric Coffec) assumiu o cargo de subdiretor de ensino militar da escola.

O mérito e a formação profissional passaram a ter uma atenção especial nas carreiras

das armas dentro da Escola Militar. Com relação ao processo das promoções que são codificadas por lei⁴⁷, só a partir de 1931⁴⁸ teremos uma legislação que tentará evitar as influências políticas nas promoções.

É importante notar que as tarefas de uma missão estrangeira não se limitam à transferência de tecnologia militar e à consultoria de especialistas na área doutrinária. A preparação da defesa nacional e a elaboração de uma doutrina de guerra acabam atingindo o domínio político. A nova organização do Exército facilitou o movimento de centralização e interação, como também fundamentou o pensamento militar de defesa das fronteiras brasileiras, principalmente as do Brasil com a Argentina. As atividades militares continuavam a ser planejadas e controladas por uma elite hierárquica, agora composta por oficiais com o curso de Estado-Maior que foi separado do curso da Escola Militar.

Do ponto de vista administrativo, em 1920, por influência da MMF, foram estabelecidos o novo Regulamento Disciplinar do Exército e o Regulamento para Instrução e Serviços Gerais, com o objetivo de controle coletivo e individual dos elementos da instituição, de forma que se tentava reduzir a possibilidade de quebra da hierarquia nos diversos escalões, principalmente nos intermediários e baixos.

Para Manuel Domingos⁴⁹, de uma maneira geral, as transformações efetuadas sob inspiração dos franceses foram às seguintes: renovação do armamento e melhoria das instalações, sobretudo, com a adoção da Aviação Militar e a construção de quartéis durante a gestão do Ministro da Guerra Pandiá Calógeras (1919-1922)⁵⁰; implantação de uma nova estrutura organizacional, com a criação das grandes unidades, capazes de efetuar rapidamente importantes manobras; reforma do ensino militar⁵¹; e adoção de novas regras de promoção hierárquica meritocráticas, que passaram a levar em conta a formação profissional recebida por cada oficial.

Apesar da relevância dos serviços prestados pela MMF, desde o seu primeiro contrato para a Aviação, em 1919, o Chefe do EME, General Tasso Fragoso, em seu relatório de trabalhos referente ao ano de 1929, expressou a necessidade de reflexão sobre o fim do contrato da MMF⁵².

O argumento principal estava baseado no nível de proficiência que os instrutores brasileiros já haviam alcançado. No entanto, o relator é incisivo quanto ao fato de existir um processo de decadência no nível de instrução ministrada pelos franceses, inclusive assinalando irregularidades no que se refere às férias dos membros da Missão.

O relator registra que os membros da Missão tinham direito, após dois anos de permanência no Brasil, a uma licença de quatro meses, excluindo o tempo de viagem, com todos os vencimentos: “em geral são cinco meses e, às vezes, mais o tempo que alguns instrutores levam fora do Brasil”. Registra, ainda, o caso do diretor de estudos da Escola de Estado-Maior que se ausentou do Brasil com destino à França, em novembro de 1928, sem que as aulas tivessem acabado, ou os exames começado, e só regressou ao Brasil às vésperas de ser iniciado o ano letivo de 1930.

Dentro desse contexto, em 1929, o Chefe do Estado-Maior do Exército colocava em evidência a necessidade da criação de uma Inspeção de Ensino para discutir e sanar os diversos problemas que existiam no ensino militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de renovação no Exército Brasileiro, antes da Primeira Guerra Mundial, iniciado pelos Jovens Turcos e pela Missão Indígena, foi completado pela Missão Militar Francesa, que chegou ao Brasil em 1920 e realizou profundas modificações na organização da força. O Exército Brasileiro ganhou novas armas, incluindo o avião, marco da modernização ins-

titucional, e principalmente, o ensino militar sendo reformulado, tornando-se mais técnico. Sob a reorganização do General Gamelin, surgiram diversas escolas especializadas.

No começo, as tarefas da MMF não foram direcionadas para a Escola Militar de formação dos oficiais, localizada em Realengo, mas principalmente para o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), que passou a ser permanente para os postos de capitão e tenente, para o Curso de Estado-Maior⁵³, e para o Curso de Revisão de Estado-Maior, àqueles oficiais que já tinham o curso.

A modernização da estrutura de defesa nacional incluiu a mobilização de recursos diversos como: pessoal, material e monetário, e teve seu início com o modelo alemão, mas só tornou-se possível após a reorganização do Exército promovida com a implantação do modelo francês, na década de 1920.

A nova organização partiu para um movimento de centralização e interação da força. As atividades militares passaram a ser planejadas e controladas por uma elite hierárquica composta por oficiais com o curso de Estado-Maior ou de Revisão.

Por fim, conclui-se que o debate militar brasileiro, ocorrido na década de 1910, e maximizado pela Primeira Grande Guerra, foi extremamente válido para modernizar as Forças Armadas brasileiras que, àquela altura, ainda estavam organizadas para combater as guerras do século XIX, sendo alemães, em menor medida, e franceses, em maior medida, os responsáveis pelo engrandecimento da doutrina militar no Brasil, no período pré-Segunda Guerra Mundial.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Dunshee de. *A Ilusão Brasileira (justificação histórica de uma atitude)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.
- ALBERT, Bill. *South America and the First World War: The impact of the War on Brazil, Argentina, Peru and Chile*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1988.
- BELLINTANI, Adriana Iop. *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2009.
- CARVALHO, José Murillo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1977.

CHÉRADAME, Andrés. *El Plan Pangermanista desenmascarado*. Paris: Casa Editorial Garnier Hermanos, 1917.

COUTINHO, Octavio. Ligeiras considerações sobre o novo Regulamento de Exercícios para Infantaria. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 6, v. 3, set. 1912, p. 599-605.

CARVALHO, Estevão Leitão de. O oficial na Infantaria alemã. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*: Rio de Janeiro, nº 3, v. 6, set. 1913, p. 338-355.

D'ANGROGNE, Alfredo Malan. Excursão á frente. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 1-4, v. 17, jan.-abr. 1918, p. 57-74.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, 1996.

DOMINGOS, M. A disputa pela missão que mudou o Exército. *Estudos de História*, Franca, Unesp, n.1, v.8, p.197-215, 2001.

_____. Gamelin, o modernizador do Exército. *Revista Tensões Mundiais*, Fortaleza, v.3, n.4, jan-jun, 2007, p. 222.

_____. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

DUTRA, Eurico Gaspar. Duas taticas em confronto. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*. Rio de Janeiro: n. 5-6, v. 12, nov. / dez. 1916, caderno especial anexo, p. 1-20.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. Pela vinda da Missão Militar Alemã ao Brasil. *ANAIAS DAS JORNADAS DE 2007*. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

MATOS, S. R. M.; ZARY, J. C. F. A Revista do Exército Brasileiro no alvorecer da Primeira Guerra Mundial. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 150, 3ª quad, p. 60-72.

McCANN, F. M. *Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MIALHE, Jorge Luís. O contrato da Missão Militar Francesa de 1919: direito e história das relações internacionais. *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 10(18), p. 89-119, jan-jun, 2010.

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Guerra da Europa – Documentos Diplomáticos: atitude do Brasil, 1914-1917*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

PADILHA, Bernardo. Pela infantaria. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 3, abr. 1912. p. 82-84.

RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos Oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

_____. *Renovação e Revoltas: A Escola Militar do Realengo Entre a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de 1930*. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 2, n. 2, Jul/Dez 2009. p. 322-343.

ROUQUIE, A. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SANTOS, Amilcar Salgado dos. *Brasil – Alemanha*. São Paulo, 1931.

SONDHAUS, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2014.

SOUZA REIS, Joaquim. O Exército Alemão: Os efeitos de sua força. *A Defesa Nacional*. Anno I, Nr 5, 10 de fevereiro de 1914, p. 155-160.

TABORDA, Brazílio; DA COSTA, Maciel; FIGUEIREDO, Euclides. Editorial. *A Defesa Nacional*. Anno III, Nr 31, de 10 de abril de 1916.

TRINDADE, Eduardo. Influencia do methodo geológico no estudo da geografia militar. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 5, v. 1, ago. 1911. p. 388-394.

NOTAS

¹ MATOS, S. R. M.; ZARY, J. C. F. A Revista do Exército Brasileiro no alvorecer da Primeira Guerra Mundial. *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 150, 3ª quad, p. 60-72, 2014, p. 61.

² Atual *Revista do Exército Brasileiro*. Era registrada como Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército entre 1911 e 1923, sendo o veículo oficial de discussão doutrinária do Exército Nacional.

³ A revista era destinada a assuntos militares de interesse do Exército e defendia que a grande missão militar estrangeira para o Brasil deveria ser alemã.

⁴ A Primeira Guerra Mundial foi uma conflagração bélica colossal entre a Tríplice Entente (França, Inglaterra e Rússia) e as potências centrais (Alemanha, Império Austro-Húngaro), nos anos de 1914 a 1918. Ao longo da guerra, o confronto alcançou proporções mundiais, envolvendo nações de outros continentes, como Brasil, Cuba, Estados Unidos da América, Japão (MATOS, ZARY, 2014, p. 60).

⁵ SONDHHAUS, Lawrance. *A Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 11-13.

⁶ DUTRA, Eurico Gaspar. Duas táticas em confronto. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 5-6, v. 12, nov. / dez. 1916, caderno especial anexo, p. 5.

⁷ McCANN, F. M. *Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 214.

⁸ Essa denominação foi inspirada nos oficiais turcos que tomaram o poder e remodelaram o Império Otomano.

⁹ O Regulamento de Ensino Militar em vigor era o de 1913.

¹⁰ Editorial. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 1, v. 11, 1916, p. 5-6.

¹¹ DUTRA, Eurico Gaspar. Duas táticas em confronto. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 5-6, v. 12, nov. / dez. 1916, caderno especial anexo, p. 4.

¹² SANTOS, Amílcar Salgado dos. *Brasil – Alemanha*. São Paulo, 1931.

¹³ LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. Pela vinda da Missão Militar Alemã ao Brasil. *ANAIAS DAS JORNADAS DE 2007*. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

¹⁴ SANTOS, Amílcar Salgado dos. *Brasil – Alemanha*. São Paulo, 1931.

¹⁵ Vide ABRANCHES, Dunshee de. *A Ilusão Brasileira (justificação histórica de uma atitude)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

¹⁶ Maiores detalhes em Albert (1988).

¹⁷ CHÉRADAME, Andrés. *El Plan Pangermanista desenmascarado*. Paris: Casa Editorial Garnier Hermanos, 1917, p. 252-253.

¹⁸ TRINDADE, Eduardo. Influencia do methodo geológico no estudo da geografia militar. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 5, v. 1, ago. 1911, p. 388.

¹⁹ COUTINHO, Octavio. Ligeiras considerações sobre o novo Regulamento de Exercícios para Infantaria. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 6, v. 3, set. 1912, p. 601.

²⁰ DE CARVALHO, Estevão Leitão. O oficial na Infantaria alemã. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 3, v. 6, set. 1913, p. 350-351.

²¹ REIS, Joaquim Souza. O Exército Alemão: Os efeitos de sua força. *A Defesa Nacional*. Anno I, Nr 5, 10 de fevereiro de 1914, p. 155-160.

²² Noticiário. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 1, v. 10, jul. 1915, p. 77.

²³ No editorial do número 31 da Revista *A Defesa Nacional*.

²⁴ Em 1918, foi tomada uma das principais providências para desencadear a renovação do ensino militar na Escola Militar do Realengo. O Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso de Aguiar, abriu um processo de seleção para um quadro de instrutores naquela Escola, cujo principal critério deveria ser uma reconhecida capacidade para ser instrutor, conforme o modelo alemão. Esse grupo de instrutores, que ficou conhecido como “A Missão Indígena”, começou seus trabalhos fora da Escola, no segundo semestre de 1918 e, na prática, em 1919, assumiram toda a estrutura de ensino militar do Exército. (RODRIGUES, 2010, p. 92)

²⁵ *Op. cit.* p. 245.

²⁶ Deve-se considerar, conforme McCann (2009), que a média anual de retiradas de livros em francês na Biblioteca do Exército, entre 1910 e 1918, foi de 1077, em contraste com dezoito livros em alemão.

²⁷ PADILHA, Bernardo. Pela infantaria. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 3, abr. 1912, p. 82-83.

²⁸ Essa aproximação foi concretamente iniciada em 1905, com a contratação da Missão Militar Francesa para a Força Pública do Estado de São Paulo. Entre 1906 e 1914, São Paulo empregou oficiais do Exército francês para treinar suas forças policiais. O intuito era que os resultados positivos em São Paulo seriam o ponto de irradiação para França influenciar todo o Exército Brasileiro. Ademais, os franceses enviaram uma missão veterinária militar, com a finalidade de estudar a situação da cavalaria do Exército. (DOMINGOS, 2001; McCANN, 2009).

²⁹ Ministério das Relações Exteriores, 1917, n. p.

³⁰ Editorial. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 1-2, v. 15, 1918, p. 4.

³¹ Certa vez, o General Cordeiro escreveu a Malan "França, valente França. Serás eternamente nossa sábia mestra" (McCANN, 2009, p. 258).

³² McCANN, F. M. *Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 256.

³³ Em acordo com o editorial do número 8 da Revista *A Defesa Nacional*, credita-se a vontade de se ter uma missão francesa aos advogados administrativos, organizadores de sindicatos, agenciadores de empréstimos e outras personalidades do mundo dos negócios, elite característica de São Paulo.

³⁴ D'ANGROGNE, Alfredo Malan. Excursão á frente. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, Rio de Janeiro, n. 1-4, v. 17, jan.-abr. 1918, p. 66.

³⁵ *Id. Ibidem*. p. 58

³⁶ *Id. Ibidem*. p. 60

³⁷ MIALHE, Jorge Luís. O contrato da Missão Militar Francesa de 1919: direito e história das relações internacionais. *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 10(18), p. 89-119, jan-jun, 2010, p. 89-119.

³⁸ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (AHEx). Boletim Reservado nº 6. Aviso Ministerial Reservado nº 957, de 13 de dezembro de 1917, que contém as Instruções para a Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França, e o Aviso Ministerial Reservado nº 994, de 21 de dezembro de 1917, que cria a Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França e nomeia seus membros.

³⁹ Alguns desses oficiais ficaram à disposição do Exército aliado e foram autorizados a servir em qualquer ponto e ser empregados em combates. As subcomissões formadas tinham como tarefa, de um modo geral, o estudo em detalhe dos assuntos ligados a cada ramo de suas especialidades, completando-os e utilizando todas as informações e ensinamentos que pudessem ter aplicação no Exército Brasileiro.

⁴⁰ GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

⁴¹ Em 10 de outubro de 1918, foi assinado o contrato por Clémenceau, Presidente do Conselho e Ministro da Guerra da França, e Olyntho de Magalhães, enviado extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil em Paris, que propiciou a vinda para o Brasil de um grupo de instrutores franceses denominado Missão Militar Francesa de Aviação. O seu principal objetivo, conforme estava previsto no contrato, era desenvolver e organizar os serviços da Aviação Militar no Exército Brasileiro. A missão seria incumbida de criar, em primeiro lugar, as escolas de aviação necessárias à instrução do pessoal: pilotos, mecânicos e observadores; em segundo lugar, ela prosseguiria pela organização dos serviços aeronáuticos no Exército Brasileiro, inspirando-se nos métodos em vigor nas Forças Armadas francesas. *DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO*. Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, 1996, p.72-73.

⁴² AHEx. Boletim do Exército nº 181, de 31 de julho de 1918, publica o Decreto nº 13.012, de 10 de julho de 1918, que cria uma missão médica especial para atuar na França, de caráter militar. A missão foi criada, com o intuito de auxiliar o serviço de saúde do Exército Aliado, além de manter um hospital temporário na zona de guerra.

⁴³ BELLINTANI, Adriana Iop. *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2009, p. 101.

⁴⁴ Um dos aspectos delicados da implementação do plano francês de expansão da influência militar na América Latina foi a escolha do chefe da missão a ser enviada ao Brasil. Os pormenores desse plano podem ser investigados nos relatórios secretos guardados pelo Service Historique de l'Armée de Terre (SHAT), no Château de Vincennes. Ver DOMINGOS (2007, p. 222).

⁴⁵ ROUQUIE, A. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 66.

⁴⁶ O início dos anos 1920, além de testemunhar as diversas mudanças que ocorreriam na Escola Militar, representou um momento de crise política na história brasileira. Arthur da Silva Bernardes, depois de conturbada campanha política no contexto do surgimento das chamadas "cartas falsas", supostamente escritas por ele a Raul Soares insultando Hermes da Fonseca, foi eleito e reconhecido Presidente da República em substituição a Epitácio Pessoa. Para impedir sua posse, levantaram-se, em 5 de julho de 1922, a Escola Militar, o Forte Copacabana, e a Guarnição Federal do Mato Grosso. Apesar de tudo isso, Arthur Bernardes tomou posse em 15 de novembro de 1922, pouco mais de dois meses após as grandes festas em comemoração ao centenário da Independência do Brasil. (RODRIGUES, 2010, 95)

⁴⁷ AHEx. Lei de Promoções de 1891, publicada na Ordem do dia nº 173, de 25 de Fevereiro de 1891.

⁴⁸ AHEx. Lei de Promoções de 1931, publicada no Diário Oficial da União nº 19, de 23 de Janeiro de 1931.

⁴⁹ ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 47.

⁵⁰ Foi o único civil a ocupar essa pasta no período republicano. Sua gestão no ministério foi marcada pela modernização e ampliação do Exército. Fonte: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pandia_calogeras

⁵¹ AHEx. Coleção de Leis do Brasil. Decreto nº 13.574, de 30 de abril de 1919, que cria um novo Regulamento para a Escola Militar. O regulamento define que nos estabelecimentos de ensino militar dos cursos de formação de oficiais, deveriam ser ministrados apenas conhecimentos necessários ao desempenho das funções de oficial de tropa, até o posto de capitão. A reforma de 1919 obrigava o oficial a manter constante aperfeiçoamento em sua profissão, enquanto durasse sua carreira no Exército, conforme era feito nos Exércitos europeus.

⁵² DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, 1996, p.139-142.

⁵³ BRASIL. Regulamento para execução do Decreto nº 13.451, de 29 de janeiro de 1919, na parte referente aos cursos de Estado-Maior e de Revisão, aprovado por Decreto nº 13.752, de 10 de setembro de 1919. O curso de Estado-Maior era direcionado para os oficiais a partir do posto de Primeiro-Tenente. O curso de Revisão era voltado para oficiais superiores, a partir de major, excepcionalmente para capitães com o curso de estado-maior. O curso de Estado-Maior foi instituído para formar oficiais capazes de planejar e conduzir grandes manobras, nos exercícios de emprego combinado de tropas simulando operações de guerra.